



Santa Casa da Misericórdia
São Brás de Alportel

RECOLHA E AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

RESPOSTA SOCIAL – CENTRO JOVENS

Declarantes:

_____, com o N.º Identificação Fiscal _____, portador(a) do Cartão de Cidadão/Passaporte n.º _____, válido em ____/____/_____, emitido pelos Serviços de Identificação civil da Republica Portuguesa, residente em _____, concelho de _____ e _____ com o Contribuinte Fiscal n.º _____, portador(a) do Cartão de Cidadão/Passaporte n.º _____, válido em ____/____/_____, emitido pelos Serviços de Identificação civil da Republica Portuguesa, residente em _____, concelho de _____. Aqui declarando por si e como representantes legais do/a menor, seu filho/a, _____ portador/a do Cartão de Cidadão n.º _____ e do número de Identificação Fiscal _____ consigo residente e relativamente a quem são titulares das responsabilidades parentais;

Instituição Declaratória:

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL, entidade com regime de instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva n.º 501 461 906, com sede na Praceta da Misericórdia, nº 20, Concelho de São Brás de Alportel, distrito de Faro, representada pelo Senhor Provedor *Júlio Manuel Gago Pereira*, portador do Cartão de Cidadão n.º 09930843, emitido pelos Serviços de Identificação Civil da Republica Portuguesa, válido até 22/04/2031, contribuinte fiscal n.º 196556147, na qualidade de Provedor, legitimado/a nos termos do artigo 38.º do Compromisso da Instituição;

Por este meio os declarantes, agindo por si e como representantes legais do/a menor acima identificado/a, consignam a seguinte autorização quanto ao tratamento de dados pessoais, presentes neste documento e em documentos similares:

Clausula 1.ª

Ao abrigo do disposto no REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016, o qual estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e designadamente ao abrigo dos artigos cinco e seguintes do mesmo, os declarantes, na qualidade em que outorgam, expressa e inequivocamente autorizam, por

este meio, que a Instituição declaratória acima identificada proceda ao tratamento dos seus dados pessoais e dos dados pessoais do seu filho menor acima identificado, com a abrangência seguinte:

I

Relativamente aos dados pessoais dos declarantes, os mesmos autorizam o tratamento dos seguintes dados por parte da Instituição declaratória:

- a) Dados relativos à sua identificação civil e fiscal, data de nascimento, contactos de telefone e email, bem como a sua residência, profissão, local de emprego e composição do seu agregado familiar;
- b) Quaisquer dados relativos à sua situação económica e social;
- c) Dados relativos à sua situação fiscal;
- d) Quaisquer outros dados que, não estando incluídos nas alíneas anteriores, se mostrem necessários para definir a capacitação do agregado familiar dos declarantes;
- e) Quaisquer outros dados necessários ao cumprimento de obrigações legais.

II

Quanto ao menor acima identificado:

- a) Dados relativos à sua identificação civil e fiscal, n.º Utente SNS, n.º de identificação de Seg. Social, bem como à sua residência, concelho e composição do seu agregado familiar;
- b) Dados relativos a qualquer decisão judicial relativamente à definição das responsabilidades parentais respeitantes ao mesmo, se a houver;
- c) Quaisquer dados relativos à sua situação económica e social;
- e) Quaisquer dados relativos à sua saúde física ou psíquica ou doenças existentes;
- f) Todos os dados relativos à sua vacinação;
- g) Quaisquer dados relativos à sua evolução física e psíquica.
- h) Fotografia para efeitos contratuais;
- i) Quaisquer outros dados necessários ao cumprimento de obrigações legais.

Clausula 2.ª

Os declarantes expressamente confirmam estarem conscientes de que o tratamento de dados pessoais por si autorizados neste documento ou outros similares destinam-se a que sejam formalizados a ficha de inscrição, a execução de contrato de prestação de serviços do/a menor, assim como o tratamento de dados constantes nas fichas individuais do menor, ou a exposição de trabalhos realizados pelo menor na Instituição.

É fundamental facultar os seus dados pessoais não só por forma a garantir o cumprimento legal das obrigações mas também para garantir a eficácia dos serviços e a divulgação segura e responsável das nossas iniciativas.

Os dados pessoais a serem tratados pela Instituição declaratória têm como finalidade a prestação de serviços na resposta educativa acima mencionada, ou para qualquer outra resposta educativa que venha a ser prestada ao menor por parte da mencionada Instituição.

Clausula 3.ª

Os declarantes expressamente autorizam que os seus dados pessoais e os dados do/a menor, seu filha/a acima referido/a, possam ser consultados pelo pessoal da Instituição declaratória indicado pela respetiva Mesa Administrativa, ou empresa que preste serviços à Instituição declaratória no âmbito administrativo, de contabilidade ou de informática, e ainda que esses dados possam ser consultados ou transmitidos a quaisquer entidades públicas, a empresas e estabelecimentos privados de saúde e ainda a qualquer companhia seguradora com vista à contratação de seguro que proteja o respetivo utente no âmbito da resposta educativa acima mencionada ou de qualquer outra que seja disponibilizada ao utente pela Instituição Declaratória.

Clausula 4.ª

Os declarantes expressamente autorizam que os seus dados pessoais tratados ao abrigo da presente autorização e os dados pessoais relativos a tal menor se mantenham em poder da Instituição acima mencionada por todo o tempo que durar o contrato de prestação de serviços relativamente à mencionada Resposta Educativa, ou relativamente a qualquer outra que a Instituição declaratória venha a disponibilizar a tal menor, e que, mesmo findo tal contrato, esses dados se mantenham em poder da Instituição declaratória unicamente com vista a que possam ser consultados para fins inspetivos, seja por membros designados pela Mesa Administrativa da Instituição declaratória, seja por pessoas ao serviço das competentes entidades Públicas, pelo tempo durante o qual tais inspeções possam legalmente ter lugar, declarando também que autorizam que os dados pessoais tratados ao abrigo do presente documento de consentimento permaneçam em poder da Instituição declaratória, para fins inspetivos, mesmo que, na sequência da respetiva candidatura, não venha a ser celebrado o contrato de prestação de serviços, podendo ser consultados pelas pessoas e Entidades anteriormente referidas.

Clausula 5.ª

Os declarantes expressamente confirmam que o consentimento por eles prestado no presente documento, seja relativamente aos seus dados pessoais, seja relativamente aos dados pessoais de tal menor, constitui da sua parte uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, obedecendo a todos os requisitos previstos no n.º 11 do Artigo 4.º do referido regulamento para proteção de dados, mais declarando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 7.º do mencionado regulamento, foram informados previamente de que tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento e de que a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, tendo-se estipulado que a eventual retirada de consentimento deve revestir a forma escrita.

Clausula 6.ª

Os declarantes expressamente confirmam que lhes foi comunicado pela Instituição acima identificada que lhes está absolutamente viabilizado pela mesma o direito de acesso aos seus dados pessoais e à sua retificação, e ainda o direito de oposição e de esquecimento, sempre que, comprovadamente, tal se justificar e legalmente seja admissível, tudo conforme o estabelecido no REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016.

Cláusula 7.ª

Os declarantes expressamente admitem e confirmam que o facto de ter sido dado o presente consentimento não prejudica o direito que exista, por parte da Instituição declaratória de proceder ao tratamento dos dados a que tal consentimento se reporta, ou à sua manutenção, direito esse que derive de qualquer norma do mencionado regulamento para proteção de dados e designadamente das várias alíneas do n.º 1 do seu Artigo 6.º.

São Brás de Alportel, ____ de _____ de _____

Declarantes:

Instituição Declaratória:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____